

Relatório Anual 2017



FUNBEP

Índice

- 03** • Mensagem da Diretoria
- 04** • O ano de 2017 no Funbep
- 09** • Composição dos Órgãos de Gestão
- 10** • Perfil dos Participantes Ativos
- 11** • Perfil dos Participantes Assistidos
- 12** • Glossário
- 14** • Despesas Administrativas
- 18** • Informações Contábeis
- 22** • Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- 33** • Parecer do Auditor Independente
- 35** • Parecer do Conselho Fiscal
- 37** • Manifestação do Conselho Deliberativo
- 39** • Pareceres Atuariais
- 44** • Informações sobre a Política de Investimentos
- 48** • Demonstrativo de Investimentos

Clique nos títulos
para acessar
as páginas.





Nossa Missão

Assegurar aos participantes e patrocinadoras a excelência na gestão dos serviços previdenciários, de forma transparente, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa e a legislação vigente.



Clique **aqui** para acessar a versão resumida do Relatório de seu plano.

Mensagem da Diretoria

Transparência é um princípio fundamental para a gestão de empresas, entidades, associações e demais organizações privadas ou públicas. É ela que revela a adequação, técnica e ética, das decisões tomadas a fim de assegurar a solidez e a perenidade de sua atuação.

Para o Funbep, transparência é um valor tão essencial que está claramente registrado em Nossa Missão. Os participantes e patrocinadoras do Funbep têm a tranquilidade de contar com uma entidade que possui mecanismos de controle para todos os processos com o intuito de garantir o fiel cumprimento de suas metas, obedecendo às bases normativas e regulatórias, bem como aos princípios e regras de seu Estatuto e dos Regulamentos dos planos.

É com total transparência que nos comprometemos a entregar serviços previdenciários de excelência. Para isso, cuidamos atentamente de nossos fluxos internos, dos riscos inerentes às nossas atividades, da comunicação com os participantes, de seu atendimento, do desenvolvimento de nossas equipes, da atualização de nossos cadastros e da gestão do patrimônio, utilizando sempre os melhores sistemas e ferramentas para assegurar nossa razão de ser: a boa administração dos recursos previdenciários de nossos participantes e a concessão de benefícios aos nossos assistidos.

É uma Missão de longa duração que requer inovações constantes e expertise para lidar com desafios e aproveitar adequadamente as oportunidades. A elaboração – e compartilhamento – de nosso Relatório Anual é uma excelente ocasião para refletir sobre os destaques de nossa gestão, analisar os avanços em nossa governança, avaliar os resultados obtidos e traçar os novos objetivos que queremos alcançar em nosso compromisso com a melhoria contínua.

Sejam bem-vindos ao Relatório Anual 2017 e boa leitura!

Diretoria Executiva

O ano de 2017 no Funbep

Acompanhe as principais iniciativas desenvolvidas ao longo de 2017:



Abrapp

Homenagem aos aposentados

Mais uma vez, o Funbep prestigiou a comemoração do Dia do Aposentado, organizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), o Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e o Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp). Na celebração, realizada no dia 26 de janeiro, em São Paulo, a aposentada **Terezinha Pereira Ganem** recebeu o diploma comemorativo de **Reginaldo José Camilo**, atual diretor presidente do Funbep, em nome de todos os aposentados da entidade.

Clique **aqui** para acompanhar a cobertura do evento.



Mensagens por SMS

O Funbep passou a utilizar também mensagens via celular (SMS) para se comunicar com seus participantes e assistidos. A ferramenta tem sido usada para envio de comunicados e informações de forma mais rápida e direta.



Site ainda melhor

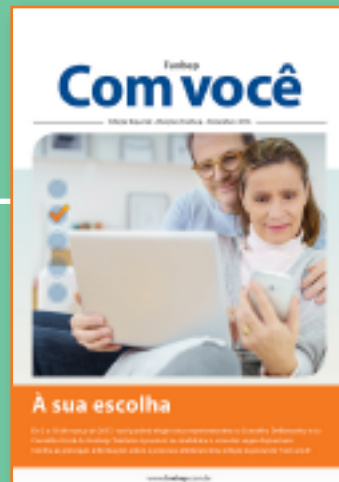
A Área do Participante (acesso restrito com CPF e senha) ganhou novos componentes gráficos para que a experiência de uso seja ainda melhor. É possível, agora, interagir com os gráficos: basta posicionar o mouse sobre a imagem para ver, em detalhes, cada informação.

voltar para o índice

Eleições para representantes

Em março, foram realizadas as eleições para representantes dos participantes e assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

O processo eleitoral foi divulgado em edições especiais do informativo “Com você”, via e-mail e no site do Funbep, estimulando a participação de todos na escolha dos membros eleitos que, juntamente com os indicados pelas patrocinadoras, acompanham, analisam e tomam decisões sobre os principais temas relativos à administração da entidade e de seus planos.



Avaliação do atendimento

Em agosto, foi instalado, na recepção do Funbep em Curitiba, um equipamento que permite aos participantes e assistidos avaliar a qualidade do atendimento recebido. É possível informar, entre outros dados, o nível de satisfação com os serviços e o que mais influenciou a avaliação (conhecimento e comprometimento do analista, tempo de atendimento, instalações físicas, resolução da solicitação ou outros). As pesquisas têm permitido identificar oportunidades de melhoria e obter indicadores de atendimento presencial.

Mudanças nos Regulamentos

Adequar e aprimorar as regras de seus planos é um cuidado constante do Funbep. Seguindo a legislação, após a liberação pelo Conselho Deliberativo, todas as propostas de alteração são previamente divulgadas no site da entidade e submetidas à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Este foi o caso do plano Funbep I, cujas alterações regulamentares foram aprovadas pela Previc em outubro de 2017.

Os Regulamentos dos planos estão disponíveis no site www.funbep.com.br em Meu Plano > selecione seu plano > Regulamento.

Novo diretor presidente

Em setembro, o diretor Reginaldo José Camilo tomou posse como diretor presidente do Funbep. Sua trajetória junto à entidade teve início em 2000. Desde então, Reginaldo vem se empenhando, juntamente com os demais diretores, em assegurar a governança do Funbep, com uma gestão profissional, ética e transparente.



Sandra Bias





Congresso da Abrapp

Membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e gestores representaram o Funbep no 38º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, realizado de 4 a 6 de outubro em São Paulo. Considerado um dos maiores encontros do mundo para discussão de questões relativas ao setor, o evento, que reúne em média 3 mil participantes, teve como tema “Uma Nova Realidade: Previdência Complementar para Todos”.

Certificação e habilitação de dirigentes



A participação em eventos, cursos e capacitações, promovidos pela entidade ou externos, fazem parte da formação contínua dos dirigentes (membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal) em seus processos de certificação e habilitação (Diretoria). Esses procedimentos têm como meta avaliar e certificar os requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo ou função na entidade, conforme legislação vigente.

Uso racional de recursos

A fim de utilizar os recursos disponíveis de forma mais racional e sustentável, além de reduzir custos e agilizar processos, o Funbep passou a priorizar a comunicação eletrônica com os participantes e assistidos. Com base nessa diretriz, a entidade consultou os assistidos para optar pelo recebimento do contracheque, relativo ao benefício mensal, via site, eliminando a necessidade de impressão e envio do documento por correio.



Educação Financeira e Previdenciária

O Funbep por meio do seu programa de educação financeira e previdenciária visa estimular seus participantes e assistidos a conhecer as regras e benefícios de seus planos, para que possam valorizar e usufruir as vantagens da previdência complementar da melhor forma, bem como manter o equilíbrio de suas finanças no presente e no futuro.



Evento dos assistidos

Em 2017, o Funbep promoveu a 14ª edição do “Viver a vida”, evento anual dirigido a seus assistidos, com direito a um acompanhante. Os encontros (com coquetel, jantar e baile) foram realizados em Goiânia, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo. O tema “O tempo vale o que a gente faz com ele” destacou a importância de aproveitar bem cada fase da vida e, durante os eventos, foram divulgadas mensagens sobre cuidados financeiros na aposentadoria.



Cartão de aniversário

Cada aniversário é um presente que deve ser lembrado. Todos os anos, o Funbep festeja a chegada de mais um ano na vida de seus assistidos com um cartão comemorativo.

Workshop dos Colaboradores



Promovido em dezembro, o Workshop reuniu a equipe do Funbep com o intuito de trocar experiências, alinhar metas, estimular parcerias, aprimorar os fluxos de trabalho, ampliar conhecimentos e aperfeiçoar os processos da entidade.

[voltar para o índice](#)



Sandra Blas

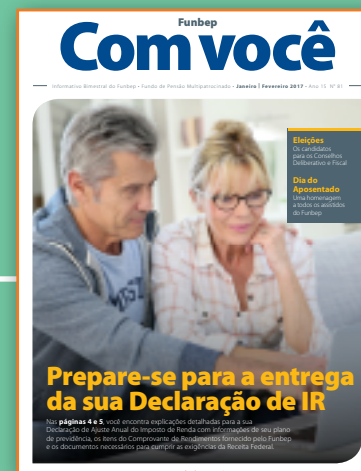
11º Workshop Jurídico

Os avanços na legislação e o tratamento de demandas não previstas nos Regulamentos foram os principais tópicos do 11º Workshop Jurídico de Previdência Complementar, organizado pelo Funbep no dia 16 de novembro, em São Paulo. Reunindo cerca de 90 convidados – conselheiros, diretores e colaboradores da entidade, advogados das áreas trabalhista, societária, cível e previdenciária do Itaú Unibanco e representantes dos escritórios de advocacia que atendem o Funbep –, o Workshop teve palestras de cinco especialistas e contou créditos para o programa de certificação de dirigentes do Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Clique **aqui** para ler a cobertura completa do Workshop Jurídico no informativo “Com você”.

Informativo “Com você”

Há 15 anos, o “Com você” veicula informações sobre o Funbep e seus planos, acompanhando de perto as principais atividades e iniciativas da entidade. O informativo também publica artigos de educação financeira e previdenciária, entrevistas com profissionais de áreas direta e indiretamente relacionadas ao tema, além de dicas, pesquisas e matérias com participantes e assistidos. Clique **aqui** para consultar todas as edições disponíveis no site.



21º Encontro

A 21ª edição do Encontro das Associações, Conselheiros e Representantes dos Comitês de Planos, realizada no dia 12 de dezembro no Centro Empresarial Itaú Unibanco, em São Paulo, teve a presença do filósofo Mario Sergio Cortella, escritor, educador e comentarista da rádio CBN. Cortella falou sobre “Ética, indivíduo, sociedade e empresa” e os principais temas abordados em sua apresentação foram compartilhados com os participantes e assistidos do Funbep em uma matéria especial do informativo “Com você” (clique **aqui** para ler). A participação no evento contou créditos para o programa de certificação de dirigentes do Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).



Sandra Blas

Composição dos Órgãos de Gestão

Base: dezembro/2017

Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Reginaldo José Camilo
Diretor de Investimentos	Pedro Gabriel Boainain
Diretor Gerente	Arnaldo Cesar Serighelli
Diretora Gerente	Lucimary Bondi Sartori

Conselho Deliberativo

Presidente	Oswaldo do Nascimento
Presidente Suplente	Fernando Mattar Beyruti
Conselheiro	Carlos Henrique Donegá Aidar
Conselheiro Suplente	Andre Balestrin Cestare
Conselheiro	Fernando Barçante Tostes Malta
Conselheiro Suplente	Gilberto Frussa
Conselheiro	José Virgilio Vita Neto
Conselheiro Suplente	Claudio César Sanches
Conselheira	Ana Maria Fideli Marques
Conselheiro Suplente	Edilson José Gabriel
Conselheiro	Antonio Chalbaud Biscaia Neto
Conselheiro Suplente	Ruy Fernando Metzger

Conselho Fiscal

Presidente	Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Presidente Suplente	Maria da Glória Chagas Arruda
Conselheiro	Rodrigo Andrade de Moraes
Conselheiro Suplente	Renato Cesar Mansur
Conselheira	Emilia Paulina Lagun Mesquita
Conselheiro Suplente	Tiago Correa da Silva
Conselheiro	Marco Aurélio de Oliveira
Conselheiro Suplente	Marcelo Teixeira Leão
Conselheiro	Darci Borges Saldanha
Conselheira Suplente	Eliane Mary Fontana Rocha
Conselheiro	Marçal Ussui Sobrinho
Conselheiro Suplente	Adroaldo Castanha



Reuniões da Diretoria e dos Conselhos

Durante o ano de 2017, os órgãos de gestão do Funbep – Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva – fizeram reuniões para tratar de assuntos relacionados à administração da entidade e seus planos, conforme determina o Estatuto do Funbep.

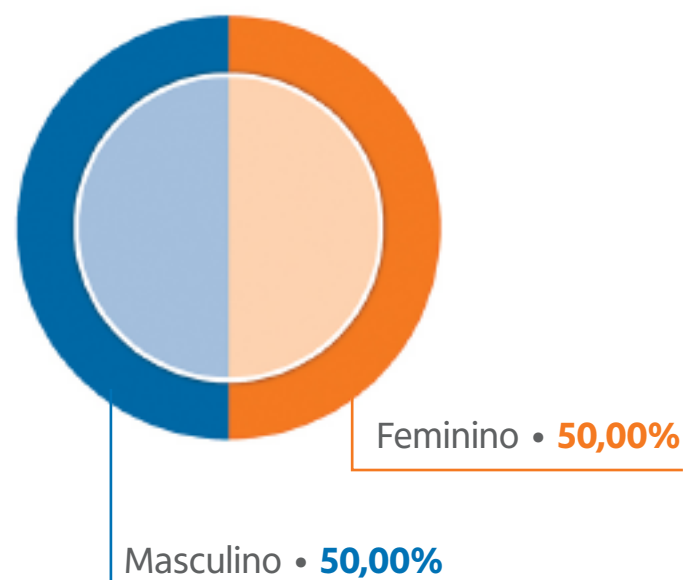
[voltar para o índice](#)

Perfil dos Participantes Ativos*

Base: outubro/2017



Sexo



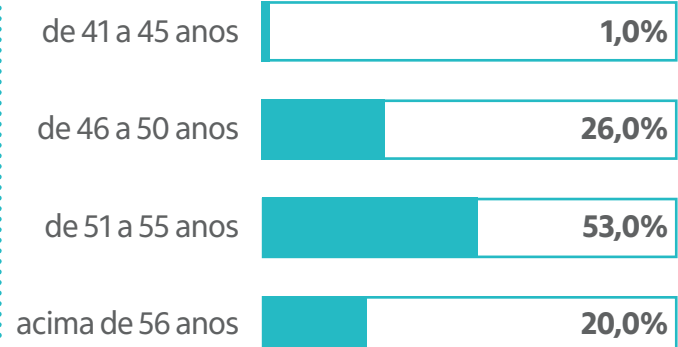
Idade Média

Funbep I > 52 anos
Funbep II > 49 anos

Presença nos Estados

São Paulo	4,0%
Minas Gerais	0,6%
Paraná	93,0%
Goiás	0,4%
Pernambuco	0,0%
Outros	2,0%

Faixas Etárias



Funbep I

Constituintes**

	Constituintes	Não constituintes
Aposentados	47,96%	24,56%
BPD Optantes	0,00%	2,66%
Pensionistas	8,11%	4,11%
Ativos	0,23%	11,86%
Autopatrocinaados	0,00%	0,51%

*Inclui ativos, autopatrocinados e optantes pelo BPD

**Apenas o Plano Funbep I possui a classificação constituintes e não constituintes

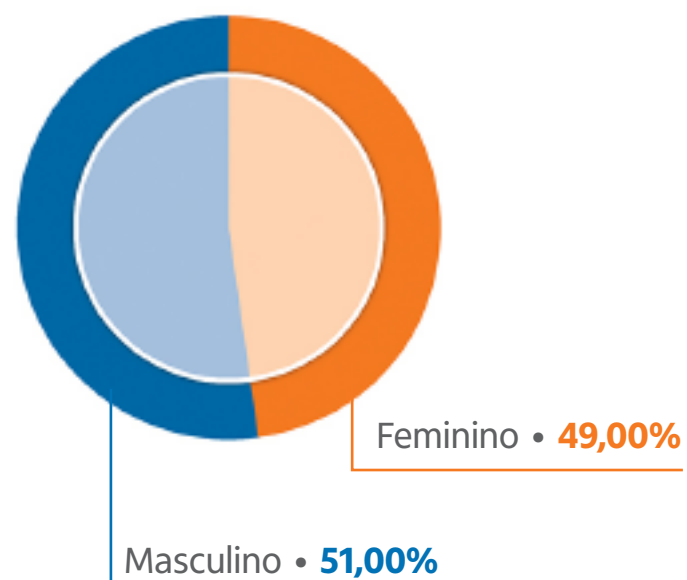
Perfil dos Participantes Assistidos*

Base: outubro/2017



Total 5.616

Sexo



Idade Média

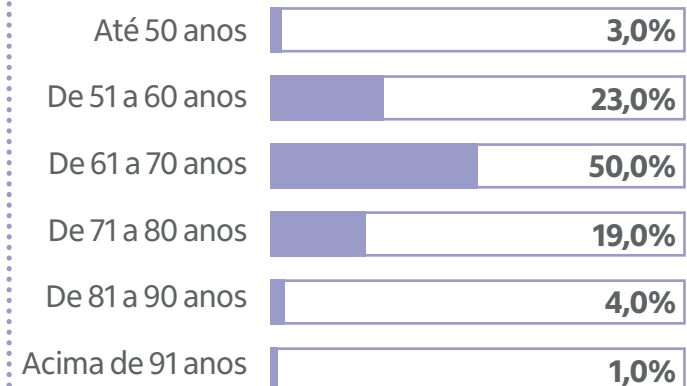
Funbep I	>	65 anos
Funbep II	>	56 anos

Presença nos Estados

São Paulo	5,0%
Minas Gerais	0,8%
Paraná	89,0%
Goiás	0,2%
Pernambuco	0,0%
Outros	5,0%

Assistidos = 1 participante residente no exterior.

Faixas Etárias



Tipo de Benefício

Aposentadoria Antecipada	7,0%
Aposentadoria Normal	56,0%
Aposentadoria por Invalidez	9,0%
BPD	14,0%
Pensão por Morte	14,0%

*Inclui aposentados, pensionistas e BPD renda

Glossário

Acompanhe a explicação dos principais termos e documentos citados neste Relatório:

> **Balanço Patrimonial**

Apresenta a posição do patrimônio da entidade em determinada data (em geral, 31 de dezembro), sempre em comparação com o resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto de seus bens e direitos (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa suas obrigações (origem dos recursos).

> **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) e Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)**

São documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente, a data do Balanço Patrimonial) a movimentac o (entradas e saídas) das contas que compõem o patrimônio social da entidade e o ativo líquido de cada plano.

> **Demonstrac o das Provisões Técnicas (DPT)**

A DPT do plano de benefícios demonstra, de forma analítica, as alterac es realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

> **Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL)**

Exibe a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Precisa ser elaborado e apresentado por plano e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o Balanço Patrimonial.

> **Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)**

Indica a movimentac o realizada nas contas administrativas da entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterac es que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

> **Demonstrativo de Investimentos**

  o documento elaborado e enviado mensalmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no qual constam o valor dos investimentos dos planos administrados pela entidade por segmento, a distribuic o e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela Política de Investimentos e os limites estabelecidos na legislação vigente. Divulga também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a

diferenç a entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

> **Fundo**

  o ativo administrado pela entidade que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da Política de Investimentos.

> **Manifestac o do Conselho Deliberativo**

Comprova que os membros do Conselho Deliberativo estão cientes das demonstrações apresentadas e aprovam seu conteúdo. O Conselho Deliberativo   responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da entidade e por determinadas ações, tais como aprovação dos c culos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio e definição da Política de Investimentos, dentre outras.

> **Meta atuarial**

É a meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do plano a fim de que os compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos.

> **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

As Notas identificam a criação e evolução dos planos administrados pela entidade e, além de resumirem as principais práticas contábeis utilizadas, descrevem os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

> **Parecer Atuarial**

É o resultado do estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela entidade. É elaborado e assinado por um atuário (especialista em matemática estatística) e deve conter todas as informações pertinentes ao trabalho desenvolvido como as hipóteses utilizadas, os principais resultados e, principalmente, a conclusão do profissional em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são

fundamentais para a avaliação atuarial que tem como objetivo principal analisar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

> **Parecer do Auditor Independente**

Documento resultante da auditoria realizada anualmente na entidade. É elaborado e assinado por um contador e deve expressar sua opinião em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se estas refletem a realidade e estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

> **Parecer do Conselho Fiscal**

Apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre a gestão do Funbep, abrangendo as áreas administrativa, financeira, atuária e de controles. O Conselho Fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da entidade, deve zelar por sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da entidade, acusar irregularidades e sugerir medidas saneadoras e elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

> **Participante**

É a pessoa que está assim definida conforme o Regulamento de seu plano.

> **Patrocinadora**

É a empresa que custeia o plano junto com os participantes (quando há previsão de contribuições de participantes em Regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras.

> **Política de Investimentos**

Estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, sua finalidade é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando à manutenção do equilíbrio entre Ativo (investimentos) e Passivo (obrigações).

Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2017

Despesas Administrativas

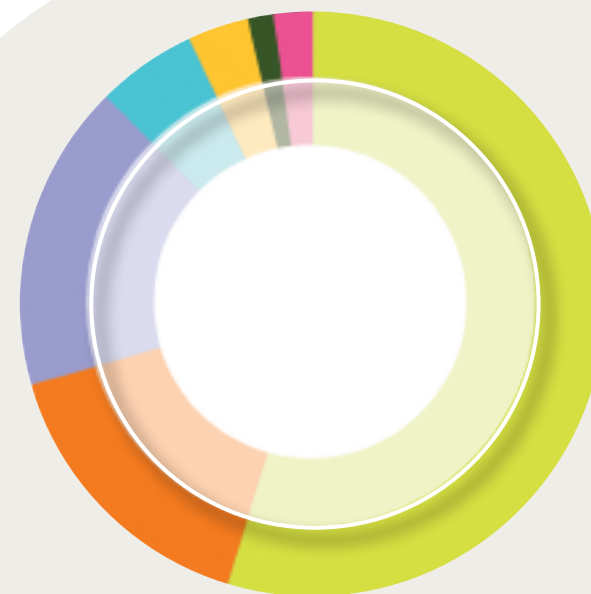
Consolidado em 31 de dezembro de 2017

O gasto total com a administração dos planos do Funbep – Fundo de Pensão

Multipatrocinado em 2017 foi de **R\$ 14.386.735**, sendo **R\$ 7.314.993** com a gestão

previdencial e **R\$ 7.071.742** com a administração dos investimentos.

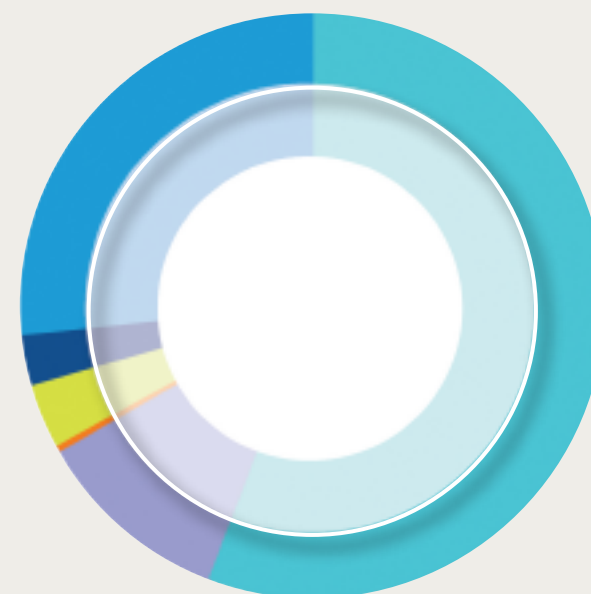
Observe, ao lado, a distribuição das despesas do Funbep no ano de 2017:



Gestão Previdencial

- **54,8%** Despesas Gerais – R\$ 4.010.503
- **16,8%** Pessoal e Encargos / Treinamentos – R\$ 1.226.704
- **16,0%** Serviços de Terceiros – R\$ 1.172.893
- **5,7%** Serviços Técnicos Atuariais – R\$ 414.591
- **3,3%** TAFIC – R\$ 240.375
- **2,0%** Viagens e Estadia – R\$ 147.459
- **1,4%** Auditoria – R\$ 102.468

Total • R\$ 7.314.993



Investimentos

- **56,0%** Taxa Administração de Carteira – R\$ 3.960.190
- **26,6%** Manutenções de Imóveis Desocupados – R\$ 1.879.336
- **11,1%** Taxa Custódia / CETIP / Andima / DNP – R\$ 783.943
- **3,4%** PIS / Cofins – R\$ 241.350
- **2,8%** Processamento e Informática – R\$ 199.143
- **0,1%** Outras Despesas – R\$ 7.780

Total • R\$ 7.071.742

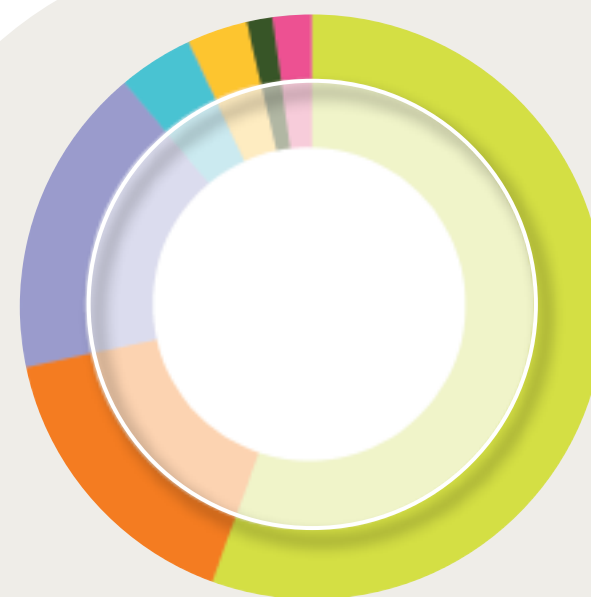
Total • R\$ 14.386.735

Despesas Administrativas

Plano de Benefícios I em 31 de dezembro de 2017

O gasto total com a administração do Plano de Benefícios I, administrado pelo Funbep – Fundo de Pensão Multipatrocinado, em 2017 foi de **R\$ 14.259.843**, sendo **R\$ 7.198.134** com a gestão previdencial e **R\$ 7.061.709** com a administração dos investimentos.

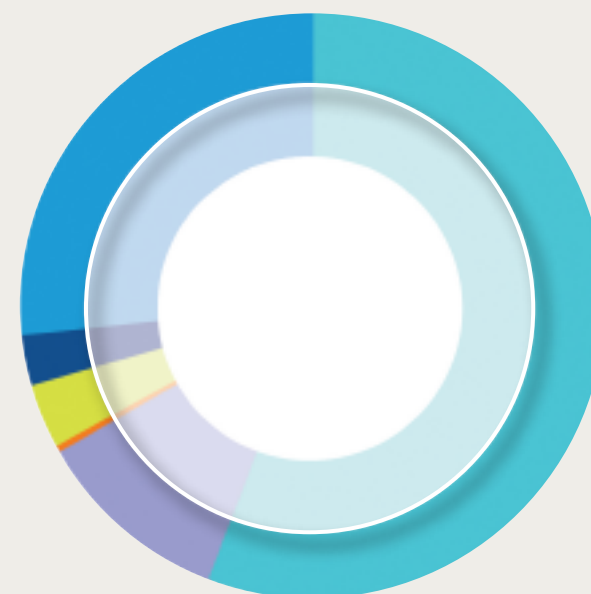
Observe, ao lado, a distribuição das despesas do plano no ano de 2017:



Gestão Previdencial

- 55,6% Despesas Gerais – R\$ 3.996.333
- 17,0% Pessoal e Encargos / Treinamentos – R\$ 1.222.862
- 16,3% Serviços de Terceiros – R\$ 1.169.719
- 4,4% Serviços Técnicos Atuariais – R\$ 320.056
- 3,3% TAFIC – R\$ 240.000
- 2,0% Viagens e Estadia – R\$ 147.017
- 1,4% Auditoria – R\$ 102.147

Total • R\$ 7.198.134



Investimentos

- 56,0% Taxa Administração de Carteira – R\$ 3.951.849
- 26,6% Manutenções de Imóveis Desocupados – R\$ 1.879.336
- 11,1% Taxa Custódia / CETIP / Andima / DNP – R\$ 782.971
- 3,4% PIS / Cofins – R\$ 240.883
- 2,8% Processamento e Informática – R\$ 198.890
- 0,1% Outras Despesas – R\$ 7.780

Total • R\$ 7.061.709

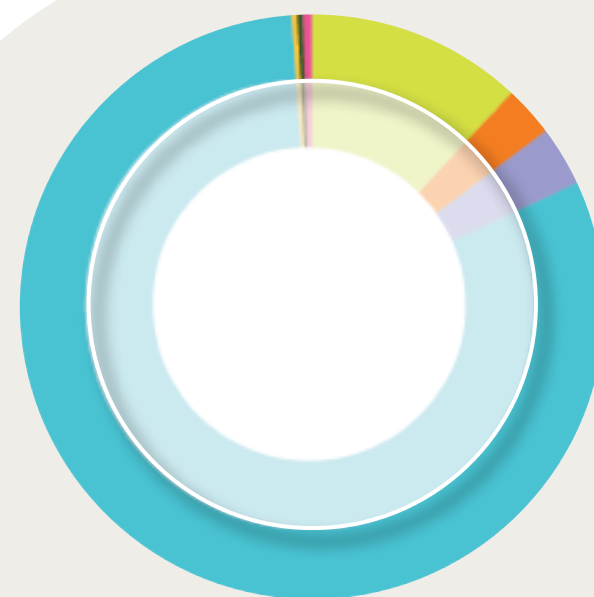
Total • R\$ 14.259.843

Despesas Administrativas

Plano de Benefícios II em 31 de dezembro de 2017

O gasto total com a administração do Plano de Benefícios II, administrado pelo Funbep – Fundo de Pensão Multipatrocinado, em 2017 foi de **R\$ 126.891**, sendo **R\$ 116.859** com a gestão previdencial e **R\$ 10.032** com a administração dos investimentos.

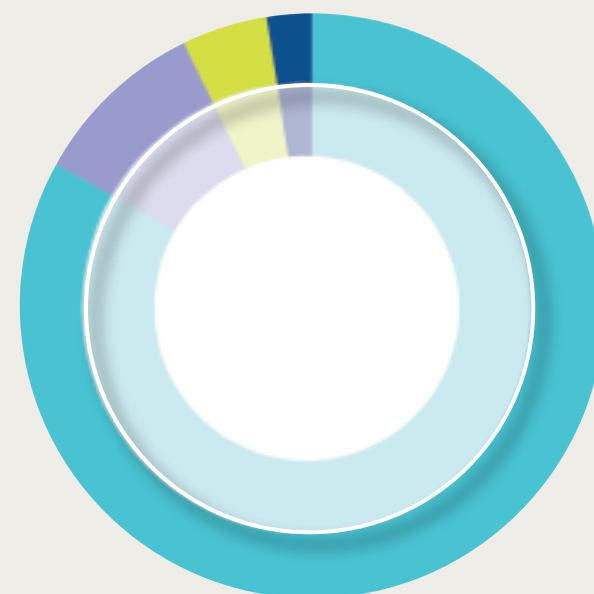
Observe, ao lado, a distribuição das despesas do plano no ano de 2017:



Gestão Previdencial

- 80,9% Serviços Técnicos Atuariais – R\$ 94.535
- 12,1% Despesas Gerais – R\$ 14.169
- 3,3% Pessoal e Encargos / Treinamentos – R\$ 3.843
- 2,7% Serviços de Terceiros – R\$ 3.174
- 0,4% Viagens e Estadia – R\$ 442
- 0,3% TAFIC – R\$ 375
- 0,3% Auditoria – R\$ 321

Total • R\$ 116.859



Investimentos


- 83,1% Taxa Administração de Carteira – R\$ 8.340
- 9,7% Taxa Custódia / CETIP / Andima / DNP – R\$ 972
- 4,7% PIS / Cofins – R\$ 467
- 2,5% Processamento e Informática – R\$ 253

Total • R\$ 10.032

Total • R\$ 126.891

Informações Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

[voltar para
o índice](#) 

Reginaldo José Camilo
Diretor Presidente
CPF: 859.338.648-20

Selma Freitas de Andrade
Contadora - CRC: 1SP 263694/O-4
CPF: 073.508.078-05

Informações Contábeis

Balço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
Disponível		102	30
Realizável		4.311.263	4.336.861
Gestão Previdencial	5	56.498	47.137
Gestão Administrativa	5	3.914	3.724
Investimentos	6	4.250.851	4.286.000
Títulos Públicos		616.355	627.004
Créditos Privados e Depósitos		254.096	228.238
Ações		19	102.699
Fundos de Investimento		3.108.208	3.072.139
Derivativos		49.147	30.300
Investimentos Imobiliários	6c	184.535	190.233
Empréstimos e Financiamentos	6d	38.491	35.387
Permanente	7	34	34
Imobilizado		34	34
TOTAL DO ATIVO		4.311.399	4.336.925

PASSIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
Exigível Operacional	8	7.568	7.127
Gestão Previdencial		6.413	5.898
Gestão Administrativa		1.144	1.225
Investimentos		11	4
Exigível Contingencial	9	234.168	210.799
Gestão Previdencial		230.387	207.263
Gestão Administrativa		3.781	3.536
Patrimônio Social		4.069.663	4.118.999
Patrimônio de Cobertura do Plano		4.065.819	4.115.828
Provisões Matemáticas	10	4.416.230	4.443.130
Benefícios Concedidos		3.896.369	3.926.760
Benefícios a Conceder		519.861	516.370
Equilíbrio Técnico	11	(350.411)	(327.302)
Resultados Realizados		(350.411)	(327.302)
(-) Deficit Técnico Acumulado		(350.411)	(327.302)
Fundos	12	3.844	3.171
Fundos Previdenciais		3.264	3.005
Fundos Administrativos		527	119
Fundos dos Investimentos		53	47
TOTAL DO PASSIVO		4.311.399	4.336.925

Demonstração da Mutaço do Patrimônio Social - Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO %
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.118.999	3.821.586	8
1. ADIÇÕES	379.141	695.696	(46)
(+) Contribuições Previdenciais	59.661	120.744	(51)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	306.534	565.490	(46)
(+) Receitas Administrativas	12.927	9.348	38
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	13	108	(88)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	6	6	-
2. DESTINAÇÕES	(428.477)	(398.283)	8
(-) Benefícios	(356.852)	(338.494)	5
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(59.093)	(48.437)	22
(-) Despesas Administrativas	(12.532)	(11.352)	10
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	(49.336)	297.413	(117)
(+/-) Provisões Matemáticas	(26.900)	202.074	(113)
(+/-) Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(23.109)	96.845	(124)
(+/-) Fundos Previdenciais	259	384	(33)
(+/-) Fundos Administrativos	408	(1.896)	(122)
(+/-) Fundos dos Investimentos	6	6	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	4.069.663	4.118.999	(1)

Informações Contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Funbep I (Em Milhares de Reais)

Descri�o	31/12/2017	31/12/2016	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.113.536	3.814.886	8
1. ADIc�ES	373.175	689.728	(46)
(+) Contribui�es	67.162	124.886	(46)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	306.013	564.842	(46)
2. DESTINAc�ES	(423.512)	(391.078)	8
(-) Benefícios	(356.843)	(338.450)	5
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(59.103)	(48.424)	22
(-) Custeio Administrativo	(7.566)	(4.204)	80
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	(50.337)	298.650	(117)
(+/-) Provisões Matemáticas	(27.228)	201.805	(113)
(+/-) Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(23.109)	96.845	(124)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	4.063.199	4.113.536	(1)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	406	(1.875)	(122)
(+/-) Fundos Administrativos	400	(1.881)	(121)
(+/-) Fundos dos Investimentos	6	6	-

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - Funbep II (Em Milhares de Reais)

Descri�o	31/12/2017	31/12/2016	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.297	4.644	14
1. ADIc�ES	720	736	(2)
(+) Contribui�es	189	88	115
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	521	648	(20)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	10	-	100
2. DESTINAc�ES	(133)	(83)	60
(-) Benefícios	(9)	(44)	(80)
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(13)	(100)
(-) Custeio Administrativo	(124)	(26)	377
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	587	653	(10)
(+/-) Provisões Matemáticas	328	269	22
(+/-) Fundos Previdenciais	259	384	(33)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	5.884	5.297	11
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	8	(15)	(153)
(+/-) Fundos Administrativos	8	(15)	(153)

Demonstrac o do Ativo Líquido - Funbep I (Em Milhares de Reais)

Descri�o	31/12/2017	31/12/2016	Variacão (%)
1. ATIVOS	4.300.580	4.326.854	(1)
Disponível	24	12	100
Receb�vel	57.015	47.249	21
Investimentos	4.243.541	4.279.593	(1)
Títulos Públicos	616.355	627.004	(2)
Créditos Privados e Depósitos	254.096	228.238	11
Ac�es	19	102.699	(100)
Fundos de Investimento	3.100.898	3.065.732	1
Derivativos	49.147	30.300	62
Investimentos Imobiliários	184.535	190.233	(3)
Empréstimos e Financiamentos	38.491	35.387	9
2. OBRIGA�ES	236.811	213.154	11
Operacional	6.424	5.902	9
Contingencial	230.387	207.252	11
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	570	164	248
Fundos Administrativos	517	117	342
Fundos dos Investimentos	53	47	13
5. ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	4.063.199	4.113.536	(1)
Provisões Matemáticas	4.413.610	4.440.838	(1)
Superavit (Deficit) Técnico Acumulado	(350.411)	(327.302)	7
6. APURAC�O DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	(350.411)	(327.302)	7
b) (+/-) Ajustes de Precifica�o	112.571	115.864	(3)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(237.840)	(211.438)	12

Demonstrac o do Ativo Líquido - Funbep II (Em Milhares de Reais)

Descri�o	31/12/2017	31/12/2016	Variacão (%)
1. ATIVOS	5.894	5.310	11
Disponível	4	6	(33)
Receb�vel	10	7	43
Investimentos	5.880	5.297	11
Fundos de Investimento	5.880	5.297	11
2. OBRIGA�ES	-	11	(100)
Contingencial	-	11	(100)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	10	2	400
Fundos Administrativos	10	2	400
5. ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 3)	5.884	5.297	11
Provisões Matemáticas	2.620	2.292	14
Fundos Previdenciais	3.264	3.005	9

Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado (Em Milhares de Reais)

Descri�o	31/12/2017	31/12/2016	Variacão (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	119	2.015	(94)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	12.940	9.456	37
1.1. RECEITAS	12.940	9.456	37
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.690	4.230	82
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.191	5.029	3
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	13	108	(88)
Outras Receitas	46	89	(48)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(12.532)	(11.352)	10
2.1. ADMINISTRAc�O PREVIDENCIAL	(7.342)	(6.321)	16
Pessoal e Encargos	(1.142)	(1.159)	(1)
Treinamento/Congressos e Seminários	(108)	(53)	104
Viagens e Est�dias	(148)	(98)	51
Serviços de Terceiros	(1.690)	(1.629)	4
Despesas Gerais	(3.652)	(2.934)	24
Deprecia�es e Amortiza�es	(3)	(7)	(57)
Tributos	(599)	(441)	36
2.2. ADMINISTRAc�O DOS INVESTIMENTOS	(5.190)	(5.029)	3
Serviços de Terceiros	(4.943)	(4.790)	3
Deprecia�es e Amortiza�es	(3)	(2)	50
Tributos	(241)	(235)	3
Outras Despesas	(3)	(2)	50
2.4. Outras Despesas	-	(2)	(100)
3. Constitui�o/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	408	(1.896)	(122)
7. Constitui�o/Reversão do Fundo Administrativo (6)	408	(1.896)	(122)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7)	527	119	343

Informações Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Funbep I (Em Milhares de Reais)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	117	1.998	(94)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	12.805	9.419	36
1.1. RECEITAS	12.805	9.419	36
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.566	4.204	80
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.181	5.020	3
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	12	107	(89)
Outras Receitas	46	88	(48)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(12.405)	(11.300)	10
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(7.225)	(6.278)	15
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(4.575)	(4.801)	(5)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(2.650)	(1.477)	79
Treinamento/Congressos e Seminários	(93)	-	100
Viagens e Estádias	(78)	(61)	28
Serviços de Terceiros	(495)	(455)	9
Despesas Gerais	(1.388)	(514)	170
Depreciações e Amortizações	(3)	(7)	(57)
Tributos	(593)	(440)	35
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(5.180)	(5.020)	3
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(199)	(189)	5
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(4.981)	(4.831)	3
Serviços de Terceiros	(4.735)	(4.593)	3
Depreciações e Amortizações	(3)	(2)	50
Tributos	(240)	(234)	3
Outras Despesas	(3)	(2)	50
2.3. Outras Despesas	-	(2)	(100)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	400	(1.881)	(121)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	400	(1.881)	(121)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7)	517	117	342

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Funbep II (Em Milhares de Reais)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2	17	(88)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	135	37	265
1.1. RECEITAS	135	37	265
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	124	26	377
Custeio Administrativo dos Investimentos	10	9	11
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1	1	-
Outras Receitas	-	1	(100)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(127)	(52)	144
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(117)	(43)	172
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(15)	(16)	(6)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(102)	(27)	278
Serviços de Terceiros	(95)	(25)	280
Despesas Gerais	(1)	(1)	-
Tributos	(6)	(1)	500
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(10)	(9)	11
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(10)	(9)	11
Serviços de Terceiros	(9)	(8)	13
Tributos	(1)	(1)	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	8	(15)	(153)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	8	(15)	(153)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7)	10	2	400

Demonstração das Provisões Técnicas - Funbep I (Em Milhares de Reais)


Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	4.300.063	4.326.737	(1)
1. Provisões Matemáticas	4.413.610	4.440.838	(1)
1.1. Benefícios Concedidos	3.896.217	3.926.611	(1)
Benefício Definido	3.896.217	3.926.611	(1)
1.2. Benefícios a Conceder	517.393	514.227	1
Benefício Definido	517.393	514.227	1
2. Equilíbrio Técnico	(350.411)	(327.302)	7
2.1. Resultados Realizados	(350.411)	(327.302)	7
(-) Deficit Técnico Acumulado	(350.411)	(327.302)	7
3. Fundos	53	47	13
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	53	47	13
4. Exigível Operacional	6.424	5.902	9
4.1. Gestão Previdencial	6.413	5.898	9
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	11	4	175
5. Exigível Contingencial	230.387	207.252	11
5.1. Gestão Previdencial	230.387	207.252	11

Demonstração das Provisões Técnicas - Funbep II (Em Milhares de Reais)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+3)	5.884	5.308	11
1. Provisões Matemáticas	2.620	2.292	14
1.1. Benefícios Concedidos	152	149	2
Benefício Definido	152	149	2
1.2. Benefícios a Conceder	2.468	2.143	15
Contribuição Definida	2.412	2.099	15
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.206	1.050	15
Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.206	1.049	15
Benefício Definido	56	44	27
3. Fundos	3.264	3.005	9
3.1. Fundos Previdenciais	3.264	3.005	9
5. Exigível Contingencial	-	11	(100)
5.1. Gestão Previdencial	-	11	(100)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

[voltar para
o índice](#) 

Reginaldo José Camilo
Diretor Presidente
CPF: 859.338.648-20

Selma Freitas de Andrade
Contadora - CRC: 1SP 263694/O-4
CPF: 073.508.078-05

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado (“Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, foi instituído pelo Banco do Estado do Paraná S.A. (denominado Banco Banestado S.A.), autorizado a funcionar como fundo multipatrocinado pela Portaria Nº. 474, de 13 de julho de 1998, do Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Previdência Complementar (MPAS-SPC), com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pelo FUNBEP, são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através do Plano FUNBEP I (Benefício Definido) e do Plano FUNBEP II (Contribuição Variável), assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração do conglomerado Itaú Unibanco S.A. e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano. Os planos FUNBEP I e FUNBEP II estão fechados ao ingresso de novos participantes desde 14/04/1998 e 31/12/2000, respectivamente.

Plano de Benefícios	Sigla	CNPB	Modalidade	Patrocinadoras
Plano de Benefícios I	Funbep I	1982.0011-19	BD	Banco Itaú BBA S.A. Banco Itaúcard S.A. Banco Itauleasing S.A. FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar Fundação Itaú Unibanco Clube Fundação Saúde Itaú Itaú Unibanco S.A. Marcep Corretagem de Seguros S.A.
Plano de Benefícios II	Funbep II	1998.0029-18	CV	Banco Itaúcard S.A. Fundação Itaú Unibanco Clube Itaú Unibanco S.A. Marcep Corretagem de Seguros S.A.

Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2017 apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos ⁽¹⁾		Assistidos ⁽²⁾				Total			
	2017	2016	2017		2016		2017		2016	
	Particip.	Particip.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.
Funbep I	1.011	1.177	5.614	4.130	5.498	4.114	6.625	4.130	6.675	4.114
Funbep II	19	19	2	3	2	3	21	3	21	3
Total	1.030	1.196	5.616	4.133	5.500	4.117	6.646	4.133	6.696	4.117

⁽¹⁾ Inclui participantes Autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido - BPD

⁽²⁾ Inclui Pensionistas

As demonstrações contábeis de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 22/03/2018.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado – BP;
- Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL (1);
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

⁽¹⁾ Em 17 de dezembro de 2015, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e sua posterior atualização CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). Promovemos a seguinte alteração: valores de 2016 contidos nos quadros “DMAL - Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios”, no item “C) Fundos não Previdenciais” foram ajustados para apresentar de forma correta a comparação e os efeitos de 2017.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superavit Técnico”, “Deficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 14).

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopa-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

trocinados, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.

- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

- a. Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
- b. Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação, determinado por empresa ou profissionais legalmente habilitado.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

III. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permitem identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

Os empréstimos a participantes são atualizados pelo IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, acrescido de juros de 8% a.a.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6 a) e c):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atraso superiores a 360 dias.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

- Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a.
- Computadores e Sistemas de Processamento de Dados: 20% a.a.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico NBC TG 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas dos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acumulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

g) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Impostos

I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a Entidade passou a depositar judicialmente e provisionar os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 9).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial das contribuições, efetuando o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.

i) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo os custos comuns rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeadas pelo Fundo Administrativo, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade;
- **Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

DESCRIÇÃO	2017			2016
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Gestão Previdencial	56.498	-	56.498	47.137
Adiantamento de líquido negativo	110	-	110	128
Benefícios Suspensos ⁽¹⁾	3.171	-	3.171	2.927
Dep. Judiciais - Esfera Trabalhista ⁽²⁾	44.515	-	44.515	36.908
Dep. Judiciais - Esfera Cível ⁽³⁾	8.241	-	8.241	6.711
Outros Realizáveis	461	-	461	463
Gestão Administrativa	3.897	17	3.914	3.724
Despesas Antecipadas	124	-	124	153
Provisão de Folha Administrativa	7	-	7	34
Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽⁴⁾	3.766	16	3.782	3.535
Outros Realizáveis	-	1	1	2
TOTAL	60.395	17	60.412	50.861

⁽¹⁾Referem-se a interrupção temporária de aposentadorias decorrentes de suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social (INSS).

⁽²⁾Refere-se basicamente a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando revisão de benefício em função de equiparação salarial.

⁽³⁾Refere-se basicamente a processos relativos a Expurgos Inflacionários

⁽⁴⁾Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

a) Composição dos Investimentos

DESCRIÇÃO	2017			2016
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Títulos Públicos⁽¹⁾	616.355	-	616.355	627.004
Créditos Privados e Depósitos	254.096	-	254.096	228.238
Debêntures Simples	254.096	-	254.096	228.238
Bradesco Leasing S/A	246.892	-	246.892	224.119
Condominium Village S/A - Arred. Merc.	31.927	-	31.927	29.326
Hyde Park S/A	4.703	-	4.703	4.703
Vale S/A	7.204	-	7.204	4.119
(-) Provisão para Perda ⁽²⁾	(36.630)	-	(36.630)	(34.029)
Ações	19	-	19	102.699
Itaúsa Invest. Itaú S/A	-	-	-	102.681
Outras Ações	19	-	19	18
Fundos de Investimentos	3.102.276	5.932	3.108.208	3.072.139
Referenciado	-	-	-	9.902
AJ Tit. Públicos FI Referenciado DI	-	-	-	9.902
Renda Fixa	3.102.276	5.932	3.108.208	3.062.237
AJ Tit. Públicos FI Referenciado DI	10.872	-	10.872	-
RT Republic Renda Fixa FI	72.901	5.932	78.833	134.301
RT Victory LDI Renda Fixa - FI ⁽³⁾	3.018.503	-	3.018.503	2.927.936
Derivativos - Swap	49.147	-	49.147	30.300
Investimentos Imobiliários	184.535	-	184.535	190.233
Empréstimos	38.491	-	38.491	35.387
TOTAL	4.244.919	5.932	4.250.851	4.286.000

⁽¹⁾Refere-se a Títulos Públicos Federais: Notas do Tesouro Nacional

⁽²⁾Refere-se a provisão de 100% das debêntures Condominium Village S/A e Hyde Park S/A.

⁽³⁾ Referem-se a Fundo Exclusivo.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBovespa e CETIP, a qual ocorreu a fusão em 2017), Itaú Unibanco S.A e outras instituições financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

FUNBEP I	Valor ⁽¹⁾									
	Valor de Mercado			Categoria ⁽²⁾		Vencimento			Valor Contábil	
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Títulos Públicos	616.355	50.749	667.104	-	616.355	-	-	616.355	616.355	627.004
Notas do Tesouro Nacional	616.355	50.749	667.104	-	616.355	-	-	616.355	616.355	627.004
Créditos Privados e Depósitos	254.096	-	254.096	254.096	-	-	246.891	7.205	254.096	228.238
Debêntures	254.096	-	254.096	254.096	-	-	246.891	7.205	254.096	228.238
Fundo de Investimento	3.102.276	196.642	3.298.918	186.001	2.916.275	83.773	378.026	2.640.477	3.102.276	3.066.836
Fdo. Investimento - Exclusivo	3.018.503	196.642	3.215.145	102.228	2.916.275	-	378.026	2.640.477	3.018.503	2.927.936
Letra FI Subordinada	376.364	8.516	384.880	-	376.364	-	376.364	-	376.364	347.013
Letras Financeiras do Tesouro	1.662	-	1.662	1.662	-	-	1.662	-	1.662	2.134
Notas do Tesouro Nacional	2.539.911	188.126	2.728.037	-	2.539.911	-	-	2.539.911	2.539.911	2.572.524
Operações Compromissadas	100.566	-	100.566	100.566	-	-	-	100.566	100.566	6.265
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	83.773	-	83.773	83.773	-	83.773	-	-	83.773	138.900
Renda Fixa	83.773	-	83.773	83.773	-	83.773	-	-	83.773	138.900
Títulos de Renda Variável	19	-	19	19	-	19	-	-	19	102.699
Ações	19	-	19	19	-	19	-	-	19	102.699
Derivativo	49.147	-	49.147	49.147	-	49.147	-	-	49.147	30.300
Swap ⁽³⁾	49.147	-	49.147	49.147	-	49.147	-	-	49.147	30.300
Total⁽¹⁾	4.021.893	247.391	4.269.284	489.263	3.532.630	132.939	624.917	3.264.037	4.021.893	4.055.077

FUNBEP II	Valor ⁽¹⁾					
	Valor de Mercado		Categoria ⁽²⁾		Valor Contábil	
	Valor Contábil (Custo)		Para Negociação		31/12/2017	31/12/2016
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	5.932		5.932		5.932	5.303
Renda Fixa	5.932		5.932		5.932	5.303
Total⁽¹⁾	5.932		5.932		5.932	5.303

⁽¹⁾Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação ao final do dia 31 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante total de R\$ 1.430 sendo R\$ 1.378 FUNBEP I e R\$ 52 FUNBEP II (em 2016 R\$ 1.110, sendo R\$ 1.104 FUNBEP I e R\$ 6 FUNBEP II). A Entidade não possui a segregação real dos ativos para o PGA.

⁽²⁾Não foram reclassificados títulos da categoria "títulos para negociação" para a categoria "títulos mantidos até o vencimento". Em 31/12/2017 há títulos classificados como "mantidos até o vencimento", conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Vencimento	Qtde.	Valor Contábil (Custo)	Valor de Mercado	Ajustes a mercado	Origem
02/01/31	100.090	558.295	599.946	41.651	Carteira Própria
15/08/50	20.000	58.060	67.158	9.098	Carteira Própria
08/08/22	334	188.591	192.866	4.275	Fundo Exclusivo
09/08/22	185	104.421	106.785	2.364	Fundo Exclusivo
15/08/22	148	83.352	85.230	1.878	Fundo Exclusivo
02/01/31	360.132	2.037.476	2.158.655	121.179	Fundo Exclusivo
15/08/50	100.350	292.257	336.968	44.711	Fundo Exclusivo
17/05/55	69.630	210.178	232.413	22.235	Fundo Exclusivo
TOTAL	650.869	3.532.630	3.780.021	247.391	

As classificações dos títulos existentes, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

A Entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

⁽³⁾Operações de swap são efetuadas como proteção ao risco de descasamento entre a performance dos ativos e a meta atuarial do plano.

Os ativos atrelados às taxas de juros de curto prazo, CDI/Selic, excedentes aos ativos líquidos necessários para o pagamento mensal de benefícios, podem ser "hedgeados" no todo ou em parte, conforme mandato delegado ao gestor dos ativos da Entidade.

Partida	Vencimento	Principal R\$	Passivo		Ativo		Valor a Apropriar
			Taxa a.a.	Valor R\$	Taxa a.a.	Valor R\$	
24/01/2014	15/01/2029	215.000	100% CDI	335.965	IGPM+6,40%	377.633	41.668
12/11/2013	01/11/2028	50.000	100% CDI	79.584	IGPM+6,1970%	87.063	7.479

c) Investimento Imobiliário

DESCRIÇÃO	FUNBEP I	
	2017	2016
Uso Próprio	1.972	2.013
Custo	2.058	2.058
(-) Depreciação acumulada	(86)	(45)
Locadas a Patrocinadores⁽⁴⁾⁽²⁾	116.052	166.870
Custo	119.919	169.836
(-) Depreciação acumulada	(3.867)	(2.966)
Locadas a Terceiros⁽³⁾⁽⁹⁾	64.051	20.420
Custo	66.543	20.821
(-) Depreciação acumulada	(2.492)	(425)
Aluguéis a Receber ⁽⁴⁾	2.077	2.129
(-) Provisão para Perda ⁽⁴⁾	(2.077)	(2.105)
Direito em Alienações⁽⁵⁾	2.460	930
Valores a Receber	6.250	6.821
(-) Provisão para Perda	(3.790)	(5.891)
TOTAL	184.535	190.233

⁽⁴⁾Durante o exercício de 2017 diversos contratos de locação com a Patrocinadora foram encerrados tendo-se transferidos os respectivos imóveis para a rubrica "Locados a Terceiros" e se encontra disponível para venda ou locação.

⁽²⁾Ocorreram as seguintes vendas de imóveis:

Imóvel	Posição Contábil	Valor da Venda	Resultado
Rua Sinimbu, 2211 - Caxias do Sul - RS	2.639	3.500	861
Av. XV de Novembro, 314 - Colombo - PR	1.399	1.500	101
TOTAL	4.038	5.000	962

⁽³⁾Encontram-se disponíveis para venda ou locação os seguintes imóveis:

Imóvel	Custo	Depreciação	Posição Contábil
Av. Paraná, 72 - Londrina - PR	21.406	(529)	20.877
Av. Mal. Floriano Peixoto, 1541 - Curitiba - PR	5.406	(192)	5.214
Rua Mal.Candido Rondon, 1685 - Campo Grande - MS	4.105	(100)	4.005
Av. Visc. de Guarapuava, 1643 - Curitiba - PR	7.883	(311)	7.572
Rua Brigadeiro Franco, 2300 - Curitiba - PR	426	(3)	423
Al. Dr.Carlos de Carvalho, 603 - Curitiba - PR	6.496	(204)	6.292
Rua Monsenhor Celso, 217 - Curitiba - PR	5.200	(290)	4.910
TOTAL	50.922	(1.629)	49.293

⁽⁴⁾Refere-se a diversos aluguéis pendentes, no montante de R\$ 2.077 (100% provisionado para perda).

⁽⁵⁾Refere-se a ação de resolução do contrato de venda do imóvel da Rua Padre Anchieta, 2740, 2770 e 2800 / Al. Augusto Stelfeld, 1908 - Curitiba - PR, no montante de R\$ 2.460; e aos imóveis: Av. Bandeirantes, 500 - Londrina - PR; e Imóvel da Vila Hauer, cujo montante total é de R\$ 3.790 (100% provisionado para perda).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

d) Empréstimos

PLANO	2017			2016
	Saldo Devedor	(PCLD)	TOTAL	
Funbep I	38.683	(192)	38.491	35.387
Total	38.683	(192)	38.491	35.387

NOTA 7 – ATIVO PERMANENTE

DESCRIÇÃO	FUNBEP I	
	2017	2016
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo ⁽¹⁾	113	106
(-) Depreciação	(79)	(72)
TOTAL	34	34

⁽¹⁾Aquisição de refrigerador e servidor.

NOTA 8 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2017			2016
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Gestão Previdencial	6.413	-	6.413	5.898
Benefícios a Pagar	-	-	-	4
Benefícios Pendentes ⁽¹⁾	1.734	-	1.734	1.424
Retenções sobre folha de benefícios	3.547	-	3.547	3.755
Outras Exigibilidades ⁽²⁾	1.132	-	1.132	715
Gestão Administrativa	1.098	46	1.144	1.225
Despesas a Pagar ⁽³⁾	959	42	1.001	1.090
Retenções a Recolher	139	4	143	135
Investimentos	11	-	11	4
Prestações e IOF sobre Empréstimos	11	-	11	4
TOTAL	7.522	46	7.568	7.127

⁽¹⁾Corresponde a provisão de valores a pagar relativos a interrupção temporária de aposentadorias, decorrentes da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social.

⁽²⁾Refere-se basicamente a seguro a pagar sobre a folha de benefícios e levantamento de depósito judicial.

⁽³⁾Refere-se basicamente a obrigações com serviços de terceiros e folha administrativa.

NOTA 9 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

DESCRIÇÃO	2017			2016
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Gestão Previdencial	230.387	-	230.387	207.263
Esfera Trabalhista ⁽¹⁾	215.005	-	215.005	191.858
Esfera Cível	15.382	-	15.382	15.405
Gestão Administrativa	3.766	15	3.781	3.536
PIS/COFINS ⁽²⁾	3.766	15	3.781	3.536
TOTAL	234.153	15	234.168	210.799

⁽¹⁾Contempla as provisões sobre as ações judiciais referente a revisão de benefícios em função das verbas salariais e critérios/índices de reajuste de benefícios adotados nas patrocinadoras e questionamentos decorrentes de alterações do Regulamento do Funbep I em face de adaptação à legislação vigente ou políticas salariais das patrocinadoras. A partir de 2008 as provisões passaram a contemplar o impacto esperado nas Reservas Matemáticas em função da eventual perda da ação, cujo montante em 2017 é de R\$ 86.916 (R\$ 63.122 em 2016).

⁽²⁾Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios.

Em 2017, apresentamos a seguinte movimentação do Exigível Contingencial:

FUNBEP I	2017			2016
	Trabalhista	Esfera Cível	Tributária	
Saldo Inicial	191.858	15.394	3.521	210.773
Atualização/Encargos	11.008	326	245	11.579
Movimentação do Período Refletida no Resultado	12.139	(308)	-	11.831
Constituição	79.543	290	-	79.833
Reversão	(67.404)	(598)	-	(68.002)
Pagamento	-	(30)	-	(30)
TOTAL	215.005	15.382	3.766	234.153

FUNBEP II	2017		2016
	Esfera Tributária	Tributária	
Saldo Inicial	-	13	13
Atualização/Encargos	-	2	2
Movimentação do Período Refletida no Resultado	-	-	11
Constituição	-	-	11
TOTAL	-	15	26

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

NOTA 10 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) **Provisões Matemáticas:** As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não terem sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram. As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- I. **Provisões de benefícios concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- II. **Provisões de benefícios a conceder** – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2017 e 2016 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

DESCRIÇÃO	2017		2016	
	FUNBEP I	FUNBEP II	FUNBEP I	FUNBEP II
Taxa Real Anual de Juros	5,70%	4,75%	5,70%	
Projeção de Crescimento Real de Salários	Exp. FUNBEP		Exp. FUNBEP	
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	AT-2000		AT-2000	
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	AT-2000		AT-2000	
Tábua de Entrada em Invalidez	Light - Média		Light - Média	
Projeção de crescimento real do Benef. do INSS/Plano	0%		0%	
Fator de Capacidade dos Benefícios e dos Salários	0,98	1	0,98	
Índice de Crescimento de Benefício	IGPM	INPC	IGPM	INPC
Rotatividade	Experiência Itaú 2008/2010 agravada em 3 vezes		Experiência Itaú 2008/2010 agravada em 3 vezes	
Método Atuarial	Agregado		Agregado	

⁽¹⁾Na avaliação atuarial de 31/12/2017, com base em estudo de aderência elaborado por consultoria externa, procedeu-se a alteração da taxa de juros do plano Funbep II de 5,70% para 4,75%.

⁽²⁾Segregadas por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

C) Evolução

DESCRIÇÃO	2017			2016
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Benefícios Concedidos	3.896.217	152	3.896.369	3.926.760
Benefícios à Conceder	517.393	2.468	519.861	516.370
TOTAL	4.413.610	2.620	4.416.230	4.443.130

NOTA 11 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação nos exercícios foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	FUNBEP I	
	2017	2016
Saldo Inicial (Deficit)	(327.302)	(424.147)
Resultado do Exercício ⁽¹⁾	(23.109)	96.845
(Deficit) Técnico Acumulado⁽²⁾	(350.411)	(327.302)

⁽¹⁾O Deficit de 2017 reflete basicamente a constituição de provisão de contingências judiciais como pode ser observado no quadro abaixo. O superavit apurado em 2016 reflete basicamente a rentabilidade obtida na carteira de investimento acima da meta atuarial no período, líquido da constituição de provisão de contingências.

⁽²⁾Os administradores, conscientes de suas responsabilidades, tomaram iniciativas visando equacionar o deficit de modo a não onerar participantes ativos, assistidos e patrocinadoras. Neste sentido, a gestão dos recursos garantidores das provisões matemáticas tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações dos planos, através da superação das metas atuariais. Em função deste objetivo o Funbep I mantém em sua carteira de investimentos uma parcela expressiva de recursos composta de títulos de longo prazo, corrigidos por índices de preços (IGP-M ou IPCA) e taxas de juros em média de 6,02% a.a. (5,95% a.a. em 2016).

Adicionalmente a Administração vem adotando premissas atuariais mais conservadoras e alinhadas com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo CNPC. Deve-se ressaltar, que nos últimos anos, ocorreram diversas ações promovidas por participantes e assistidos na esfera judicial, referente a revisão de benefícios em função das verbas salariais adotadas nas patrocinadoras e critérios/índices de reajuste de benefícios.

As ações judiciais tiveram os seguintes reflexos:

- constituição de provisões para contingências do programa previdencial (vide nota 9);
- pagamentos complementares de benefícios retroativos às épocas das reclamações;
- incremento nos valores das suplementações futuras e, conseqüentemente, das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

No quadro a seguir pode-se observar os reflexos dos fatos acima mencionados, bem como dos efeitos decorrentes das alterações das tábuas de mortalidade e de entrada em invalidez nos cálculos das Provisões Matemáticas:

Descrição	Até 2011	2012 ⁽¹⁾	2013	2014	2015	2016	2017	
							Exercício	Acumulado
Efeito decorrente de ações judiciais								
- (Constituição) / Reversão de Provisão para Contingências ⁽¹⁾	(66.689)	(77.204)	(27.280)	(46.211)	(11.385)	(38.314)	(35.309)	(302.392)
- Pagamento de Benefícios Retroativos	(53.568)	-	-	-	-	-	-	(53.568)
- Efeito da Ação do IGPM na PMBC	(72.319)	-	-	-	-	-	-	(72.319)
- Efeito na PM pela revisão de Benefício e Ações Trabalhistas	(79.982)	4.882	(22.627)	(4.933)	(5.494)	(10.110)	(23.794)	(142.058)
Sub-total	(272.558)	(72.322)	(49.907)	(51.144)	(16.879)	(48.424)	(59.103)	(570.337)
Efeito de Alteração das Premissas Atuariais	(584.573)	(435.963)	466.390	-	93.137	3.554	-	(457.455)
Total	(857.131)	(508.285)	416.483	(51.144)	76.258	(44.870)	(59.103)	(1.027.792)

⁽¹⁾Em 2012, reflete basicamente o efeito da transferência de provisão dos processos mistos mantidos na patrocinadora para a Entidade, no montante de R\$ 50.473. Até Novembro/2012, como consequência da entrada de novos processos, houve incremento na provisão no montante de R\$ 26.731.

No quadro a seguir pode-se observar a evolução do Superavit (Deficit) Técnico a partir do exercício de 2011:

Superavit/(Deficit) Técnico	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
• Do Período	(68.321)	98.056	(361.919)	(81.703)	(37.178)	96.845	(23.109)
• Acumulado	(41.403)	56.653	(305.266)	(386.969)	(424.147)	(327.302)	(350.411)
Tábua de Mortalidade adotada	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Taxa Real Anual de Juros	5,5%	4,5%	5,5%	5,5%	5,7%	5,7%	5,7%

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 22/2015, deve-se apurar o equilíbrio técnico ajustado que será base para determinação da Reserva de Contingência, da Reserva Especial para Revisão de Plano e do Deficit Técnico a Equacionar.

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado do plano foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	FUNBEP I	
	2017	2016
Provisões Matemáticas ⁽¹⁾	(a) 4.413.610	4.440.838
Duração do Passivo do Plano	10,78	10,96
Cálculo do limite do Deficit Técnico Acumulado		
Duração do Passivo do Plano (-) 4 pontos	(b) 6,78	6,96
Limite do Deficit Técnico Acumulado	(a*b%) (299.243)	(309.082)
Equilíbrio Técnico Ajustado		
Equilíbrio Técnico Contábil	(c) (350.411)	(327.302)
(+/-) Ajuste de Precificação ⁽²⁾	(d) 112.571	115.864
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽³⁾	(c+d) (237.840)	(211.438)

⁽¹⁾Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

⁽³⁾Considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo é inferior ao Limite do Deficit Técnico Acumulado, não há necessidade de elaboração de plano de equacionamento.

NOTA 12 – FUNDOS

a) Fundo Previdencial – Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores serão utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições/aportes em nome dos participantes, conforme estabelecido no regulamento do plano.

b) Fundo Administrativo – Constituído com recursos das patrocinadoras e comissão de seguros excedentes às despesas administrativas dos planos, destinando-se ao custeio das despesas previdenciais da Gestão Administrativa. A Entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalente ao saldo registrado no Ativo Permanente.

c) Investimentos – Constituído para garantia dos contratos de empréstimos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	2016	Remuneração	Constituição	Reversão	2017
Fundo Previdencial	3.005	325	78	(144)	3.264
Plano Funbep II	3.005	325	78	(144)	3.264
Fundo Administrativo	119	13	791	(396)	527
Plano Funbep I	117	12	758	(370)	517
Plano Funbep II	2	1	33	(26)	10
Fundo Investimentos	47	6	-	-	53
Plano Funbep I	47	6	-	-	53
Total	3.171	344	869	(540)	3.844

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

NOTA 13 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Funbep podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

As operações são basicamente com o Itaú Unibanco S.A. e Itaú Administração Previdenciária Ltda., as quais caracterizam-se por:

DESCRIÇÃO	2017	2016
ATIVO / (PASSIVO)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(299)	(323)
Taxa de Administração da Carteira	(299)	(323)
RECEITAS / (DESPESAS)		
Receitas (Despesas)	4.412	6.793
Receita com Aluguéis	10.304	12.573
Taxa de Administração da Carteira	(4.695)	(4.543)
Taxa de Gestão Previdencial e de Investimentos	(1.197)	(1.237)

Além das operações acima discriminadas, o Funbep - Fundo de Pensão Multipatrocinado, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns, do Itaú Unibanco S.A., registrou despesas gerais no valor de R\$ 1.562 (R\$ 969 em 2016) em função da utilização da estrutura comum.

NOTA 14 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Participação no Plano de Gestão Administrativa	527	119
Funbep I	517	117
Funbep II	10	2
Participação no Fundo Administrativo PGA	527	119
Funbep I	517	117
Funbep II	10	2

NOTA 15 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – OFND

Através do Decreto-Lei 2383 de 1987, as Entidades de Previdência Complementar patrocinadas por empresas públicas foram obrigadas a adquirir, em montante a 30% de suas reservas técnicas, OFND's que previam juros de 6% ao ano e atualização pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional – OTN's, as quais foram extintas quando da entrada em vigor do Plano Verão em 1989.

Na ocasião, atos normativos emanados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Secretaria da Fazenda determinaram que as OFND's não utilizassem o Índice de Preços ao Consumidor – IPC e sim o Bônus do Tesouro Nacional – BTN para atualização monetária, bem como não poderiam ser utilizadas no Programa Nacional de Desestatização.

O FUNBEP, através de ação coletiva promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, impetrou medida judicial contra a União Federal, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, reivindicando a reposição ocasionada pela troca do indexador compreendendo o período de Abril/1990 à Fevereiro/1991.

Em 24/09/2008 o processo foi julgado procedente no que diz respeito ao direito à correção das OFND's pelo IPC, no período de Abril/1990 à Fevereiro/1991 e não pelo BTN, cujo montante atualizado até 30/11/2015 equivale a R\$ 71.740.

Devido a decisão poder ser impugnada e a documentação suporte para registro contábil restringir-se ao laudo técnico elaborado por empresa de consultoria contratada pela ABRAPP, o qual aponta o valor devido à entidade, os administradores decidiram por não reconhecer o montante no balanço, por tratar-se de ativo contingente.

Em Dezembro/2016, foi publicado despacho determinando a manifestação da parte Autora sobre a alegação de ilegitimidade pela União, sendo apresentado réplica prestando os devidos esclarecimentos no mês de Janeiro/2017.

Diante disso, foi proferida decisão deferindo a prova pericial, com nomeação de perito e apresentação de quesitos e assistente técnico pelas partes.

Em Dezembro/2017, os autos foram conclusos para despacho.

b) O FUNBEP apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens, a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Reginaldo José Camilo

Diretor Presidente

CPF: 859.338.648-20

Selma Freitas de Andrade

Contadora - CRC: 1SP 263694/O-4

CPF: 073.508.078-05

Parecer do **Auditor Independente**

Parecer do Auditor Independente

sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 22 de março de 2018
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal – Controles Internos

Os Conselheiros Fiscais do FUNBEP - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO procederam ao exame semestral da estrutura de controles internos da entidade, nos termos do artigo 19 da Resolução 13/04 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar ("CGPC"). Os exames foram realizados com o objetivo de comprovar a adequação e/ou aderência dos itens abaixo relacionados, em todos os seus aspectos relevantes, na data-base 31.12.2017, e tiveram como base, os estudos técnicos de aderência, as informações contábeis e de controles internos da entidade e o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos, do qual o presente parecer passa a fazer parte:

- I. aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios do FUNBEP às normas em vigor e às políticas de investimentos;
- II. aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 31.12.2017 dos planos de benefícios;
- III. adequação da execução orçamentária; e
- IV. adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações.

Com base nos documentos apresentados, o Conselho Fiscal concluiu que:

- a gestão dos recursos garantidores está aderente aos objetivos estabelecidos em sua política de investimentos;
- as premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios relativamente:
 - **à taxa real de juros:** considerando o estudo elaborado pela consultoria atuarial responsável pelos planos, concluiu-se que a taxa real anual de juros encontra-se dentro dos limites inferior e superior da taxa de juros parâmetro e está aderente, recomendando-se manter o acompanhamento sistemático e periódico da aderência desta premissa;
 - **à taxa de crescimento real de salários:** considerando, o comentário da consultoria atuarial externa e independente contido no estudo de aderência e com base na manifestação das patrocinadoras, concluiu-se que a taxa de crescimento real de salários adotada pelo Funbep é adequada às características da massa de participantes;
 - **à rotatividade:** considerando (i) que as ocorrências se apresentaram acima do esperado; (ii) as características da massa de participantes ativos (quantidade, idade e tempo de serviços); (iii) que a probabilidade de 80% dos que saírem optarão pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido e que o desvio em número absoluto tem pouca representatividade em relação à massa total de participantes; e (iv) que o impacto nas provisões matemáticas não será significativo, recomenda-se manter o acompanhamento sistemático e periódico desta premissa;
 - **à tábua de mortalidade geral:** considerando que a mortalidade efetiva está aderente ao esperado no período analisado e que a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%, apresenta tendência mais adequada às ocorrências, sendo mais conservadora na apuração das provisões matemáticas, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - **à tábua de mortalidade de inválidos:** considerando que a mortalidade efetiva está acima do esperado no período analisado, porém com pouca representatividade em relação à massa total de participantes aposentados por invalidez, e que a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%, representa maior conservadorismo na apuração das provisões matemáticas, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - **à tábua de entrada em invalidez:** considerando o estudo de aderência desenvolvido pela consultoria atuarial Atuas Atuários Associados S/C Ltda. – EPP e com base nos dados apresentados, observa-se que a entrada em invalidez apresentou-se dentro do esperado pela tábua "Light Média" no período analisado. Assim, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - **ao fator de capacidade:** Considerando-se que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, recomenda-se manter o acompanhamento sistemático e periódico da aderência desta premissa. Por ocasião dos reajustes dos benefícios do Plano a variação do IGP-M no período foi de -1,72%, cuja aplicação foi discutida e suspensa pelo Conselho Deliberativo em reu-

niões datadas de 7 de dezembro de 2017 e 28 de fevereiro de 2018. Assim, recomenda-se, ainda, obter junto ao Conselho Deliberativo orientação quanto ao reajuste suspenso dado que seu impacto financeiro nos resultados da avaliação atuarial de 2017 foi de R\$ 80,5 milhões;

- **à projeção de crescimento real dos benefícios do plano:** concluiu-se que a premissa está aderente ao regulamento do plano de benefícios Funbep;
- **à projeção de crescimento real dos benefícios do INSS:** concluiu-se que a premissa está aderente à legislação em vigor; e
- **à hipótese sobre composição de família de pensionista:** considerando que a experiência ATUAS reflete um grupo de participantes de planos de previdência privada fechada, no qual o Funbep se insere, concluiu-se que esta premissa está adequada.

Considerando que os gastos com despesas administrativas situam-se abaixo do orçamento previsto e que as oscilações fora da meta não comprometeram o orçamento global, concluiu-se que a execução orçamentária referente a 2017 foi efetuada de forma adequada; e

Os controles internos existentes estão em conformidade com o modelo de governança corporativa proposto pela Resolução 13/04 e respondem satisfatoriamente aos riscos inerentes às operações da Entidade.

Complementarmente, o Conselho Fiscal solicita à Diretoria Executiva que adote as providências recomendadas nos itens específicos do relatório e que o encaminhe ao Conselho Deliberativo do FUNBEP para conhecimento e deliberação sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal do FUNBEP - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2017 e de suas notas explicativas, baseados nos estudos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres da consultoria atuarial Atuas Atuários Associados S/C Ltda. – EPP e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade em 31.12.2017, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 19 de março de 2018.

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Presidente

Emilia Paulina Lagun Mesquita
Conselheira Efetiva

Darci Borges Saldanha
Conselheiro Efetivo

Rodrigo Andrade de Moraes
Conselheiro Efetivo

Marco Aurélio de Oliveira
Conselheiro Efetivo

Marçal Ussui Sobrinho
Conselheiro Efetivo

Manifestação do Conselho Deliberativo

Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo do FUNBEP - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2017, baseados nos estudos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da consultoria atuarial Atuas - Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, deliberaram aprovar, por unanimidade, os referidos documentos, que entendem refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira do FUNBEP e dos planos de benefícios em 31.12.2017.

São Paulo (SP), 22 de março de 2018.

Oswaldo do Nascimento
Presidente

Antonio Chalbaud Biscaia Neto
Conselheiro Efetivo

José Virgílio Vita Neto
Conselheiro Efetivo

Ana Maria Fideli Marques
Conselheira Efetiva

Carlos Henrique Donegá Aídar
Conselheiro Efetivo

Arnaldo Cesar Serighelli
Secretário

Pareceres Atuariais

Plano de Benefícios I

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2017, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas a seguir apresentadas foram dimensionadas em 31/10/2017 e foram atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2017.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	3.896.216.799,64
- Contribuição Definida	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.896.216.799,64
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	3.298.332.324,66
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	597.884.474,98
- Benefícios a Conceder	517.392.702,39
- Contribuição Definida	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	501.415.802,48
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	514.231.961,10
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-8.672.204,59
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-4.143.954,03
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	15.976.899,91
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	16.385.268,55
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-276.327,44
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-132.041,20
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
- Serviço Passado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Deficit Equacionado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Total das Provisões Matemáticas	4.413.609.502,03
- Fundo Previdencial	0,00
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	0,00
- Revisão de Plano	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00

O valor das Provisões Matemáticas obtidos no exercício de 2016 projetado para a data base do cadastro de 2017, correspondeu a R\$ 4.338.917.275,36, enquanto que o valor obtido para as Provisões Matemáticas conforme Avaliação Atuarial realizada em 2017, foi de R\$ 4.424.514.563,80. Parte desta variação é decorrente da alteração na massa de participantes.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação de hipóteses atuariais como por exemplo:

- desligamento de participantes;
- comportamento da evolução salarial;
- rentabilidade incompatível com a esperada;
- tábuas biométricas.

Esclarecemos ainda, que:

- Dados e Estatísticas:

Os dados dos participantes ativos, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 31/10/2017.

O cadastro de participantes e assistidos recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistência, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações submetidas à análise da entidade.

Considerando que é de responsabilidade da entidade e do patrocinador a veracidade e completude dos dados individuais e das informações prestadas, registramos que de nossa parte somente as distorções identificadas foram analisadas e que, após a aplicação dos ajustes recomendados, foram consideradas consistentes para desenvolvimento do cálculo.

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual a 864, sendo 431 do sexo masculino e 433 do sexo feminino. A idade média desses participantes é igual a 52,91 anos. A média do tempo de serviço faltante para a habilitação ao benefício pleno programado oferecido pelo plano ponderado pelo seu valor estimado é igual a 3,13 anos.

O total de participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido, ainda não assistidos, é de 147, sendo 74 do sexo masculino e 73 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 53,32 anos.

O total de participantes assistidos é de 4.805, apresentando idade média de 65,12 anos e o valor do benefício médio corresponde a R\$ 5.100,69.

Os grupos de familiares recebendo benefício de pensão é igual a 809 e o total de beneficiários é de 828 com valor médio de benefício de R\$ 3.577,06.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 19,23 anos.

Para o exercício de 2017, foi apurada a Duração do Passivo em 10,78 anos.

- Regulamento:

Este parecer tem como base a Avaliação Atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no Regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria n.º 966 de 06/10/2017, publicada no D.O. de 10/10/2017.

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está fechado a novas adesões desde 14/04/1998.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

- Hipóteses Atuariais:

Registramos que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicadas pela Entidade, sendo subsidiada por estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através das CT-1477/2017 e CT-1812/2016, bem como pelo estudo desenvolvido por empresa contratada pela Entidade relativamente à Taxa Real Anual de Juros.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

- Projeção de Crescimento Real de Salário: Tabela Funbep;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, verificando-se o intervalo [0,34%; 0,72%], “Não existem evidências para rejeitar a hipótese”. A manutenção da taxa de crescimento salarial está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos do plano Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

- Hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados: 0% a.a.;

Justificativa: Não Aplicável.

- Hipótese sobre Rotatividade: Experiência 2008/2010 - Agravada em 3 vezes;

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 ao analisar a Experiência 2008/2010: “Aplicado o Teste x2 a hipótese seria rejeitada uma vez que as ocorrências estão significativamente superiores ao esperado. A manutenção dessa hipótese é conservadora e admitida considerando o Teste da Estatística Descritiva no Intervalo [21;92]”. Considerando que nos últimos três anos as ocorrências se apresentaram acima do esperado, propõe-se a adoção da Experiência 2008/2010 agravada em 3 vezes. Esta hipótese está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos da Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

- Taxa Real Anual de Juros: 5,70%;

Justificativa: A adoção desta premissa foi baseada no estudo desenvolvido sob a coordenação do Diretor de Investimentos da Entidade que recomenda a manutenção da taxa de juros em 5,70% a.a., mantendo

Plano de Benefícios I

um posicionamento conservador em função dos pontos destacados no estudo.

- Indexador do Plano: IGPM (FGV);

Justificativa: Indexador definido no regulamento do plano.

- Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;

Justificativa: não há previsão legal para que os benefícios do INSS tenham crescimento real.

- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a hipótese de 0% não é rejeitada. A premissa está alinhada ao regulamento do plano de benefícios da Funbep que prevê reajuste pelo seu indexador (IGPM/INPC).

- Fator de Determinação do Valor Real dos Salários: 0,98;

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo, o fator de capacidade em 0,98 será mantido.

- Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 0,98;

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo, o fator de capacidade em 0,98 será mantido.

- Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: Não Aplicável;

Justificativa: Não Aplicável.

- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, foi rejeitada pelos testes efetuados. Entretanto, verifica-se que a Tábua AT 2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, apresenta, com base nos últimos 3 anos, tendência mais adequada para ocorrências futuras, assim, representando maior conservadorismo na apuração das provisões matemáticas, tendo em vista a probabilidade de morte ser menor que as demais tábuas analisadas. Desta forma, a tábua AT 2000 segregada por sexo e suavizada em 10%, será mantida na avaliação atuarial de 2017.

- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, não é rejeitada pelos testes de Kolmogorov-Smirnov e Exato de Fisher. Considerando, ainda, a tipificação e quantidade de participantes assistidos por invalidez, será mantida a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%.

- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-MÉDIA;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, a tábua "Light Média" não foi rejeitada e apresentou-se adequada a massa de participantes.

- Outras Tábuas Biométricas utilizadas: Não Aplicável;

Justificativa: Não Aplicável.

- Hipóteses sobre a composição de família de Pensionistas: Composição Familiar Real;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016. "não é possível aplicar teste sobre esta premissa". Relativamente às pensões a conceder aos participantes em atividade, foi adotada a hipótese utilizada por outros planos semelhantes, por entendermos mais adequada.

- Outras Hipóteses não referidas anteriormente: Não Aplicável;

Justificativa: Não aplicável.

Relativamente à hipótese sobre a composição de família de Pensionistas dos participantes ativos foi adotada a experiência ATUAS.

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidas as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Capitalização (Método Agregado): Aposentadorias, Pensão por Morte, seus respectivos abonos e Auxílio-Funeral em decorrência de falecimento do Participante Assistido;
- Repartição Simples: Auxílio-Doença, respectivo Abono Anual e Auxílio-Funeral em decorrência de falecimento de Participante Ativo.

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2016 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação atuarial.

	Estimados	Ocorrido ^(*)
Ativos que se invalidaram	11	6
Válidos que faleceram	69	67
Inválidos que faleceram	3	11

^(*)Fonte: Entidade

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

A rentabilidade do plano de benefício, conforme informação da Entidade, no exercício de 2017, atingiu o percentual de 7,18%, resultando em rentabilidade real líquida de 7,75%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, IGP-M, que acumulou (0,53%) no período.

- d) Ativo do Plano:

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2017, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

Ativo Bruto:	R\$ 4.305.443.160,49
Exigível Operacional:	R\$ 7.522.010,34
Exigível Contingencial:	R\$ 234.152.612,45
Fundos, exceto Previdencial:	R\$ 570.102,27
Ativo Líquido dos Exigíveis:	R\$ 4.063.198.435,43

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

- e) Situação do Plano no encerramento do exercício:

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano está deficitário em 7,94% do valor das Provisões Matemáticas.

Conforme informação da Entidade, o Ajuste de Precificação do Ativo correspondeu a R\$ 112.570.768,19, implicando a redefinição do Deficit Técnico para 5,39% do valor das Provisões Matemáticas.

- f) Considerações finais:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 01/2017.

Fica mantido o plano de custeio, conforme definido no regulamento do plano, para o próximo exercício, tendo vigência em 01/04/2018.

Atenciosamente,

Carlos Renato Azevedo / Atuário MIBA 1375
Marília Vieira Machado da Cunha Castro / Atuária MIBA 351

Plano de Benefícios II

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2017, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas a seguir apresentadas foram dimensionadas em 31/10/2017 e foram atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2017.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	152.757,13
- Contribuição Definida	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	152.757,13
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	89.076,99
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	63.680,14
- Benefícios a Conceder	2.467.909,65
- Contribuição Definida	2.411.117,38
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.205.558,69
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	1.205.558,69
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	56.792,27
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	65.485,09
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-4.346,41
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-4.346,41
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
- Serviço Passado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Deficit Equacionado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Total das Provisões Matemáticas	2.620.666,78
- Fundo Previdencial	3.263.673,22
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	3.263.673,22
- Revisão de Plano	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00

O valor das Provisões Matemáticas, referentes à parte do plano concebida na modalidade de Benefício Definido, obtidos no exercício de 2016 projetado para a data base do cadastro de 2017, correspondeu a R\$ 198.105,04, enquanto que o valor obtido para as Provisões Matemáticas conforme Avaliação Atuarial realizada em 2017, foi de R\$ 209.334,51. Parte desta variação é decorrente da mudança no perfil de participantes e da alteração das hipóteses atuariais.

O custo da parte do plano de benefícios concebida na modalidade de “Benefício Definido” poderá variar em função da não verificação das hipóteses, como por exemplo o desligamento de participantes, de sua distribuição etária e salarial e da rentabilidade alcançada na aplicação de recursos.

O custo relativo à parte do plano do tipo “Contribuição Definida” não deverá variar ao longo do tempo por causas externas.

Esclarecemos ainda, que:

a) Dados e Estatísticas:

Os dados dos participantes ativos, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 31/10/2017.

O cadastro de participantes e assistidos recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistência, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações submetidas à análise da entidade.

Considerando que é de responsabilidade da entidade e do patrocinador a veracidade e completude dos dados individuais e das informações prestadas, registramos que de nossa parte somente as distorções identificadas foram analisadas e que, após a aplicação dos ajustes recomendados, foram consideradas consistentes para desenvolvimento do cálculo.

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual a 16, sendo 8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino. A idade média desses participantes é igual a 49,75 anos.

O total de participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido, ainda não assistidos, é de 3, sendo 3 do sexo feminino. A idade média desses participantes é igual a 47,33 anos.

O total de participantes assistidos é de 2, apresentando idade média de 56,50 anos e o valor do benefício médio corresponde a R\$ 367,75.

Não existem grupos familiares recebendo benefício de pensão.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 30,67 anos.

Para o exercício de 2017, foi apurada a Duração do Passivo em 12,48 anos.

b) Regulamento:

Este parecer tem como base a Avaliação Atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no Regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria n.º 560, de 19/10/2015, publicada no D.O. de 20/10/2015.

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está fechado a novas adesões desde 31/12/2000.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

c) Hipóteses Atuariais:

Registramos que os referenciais utilizados para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicados pela Entidade, sendo subsidiada por estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através das correspondências CT-1478/2017 e CT-1812/2016, bem como pelo estudo desenvolvido por empresa contratada pela Entidade relativamente à Taxa Real Anual de Juros.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

– Projeção de Crescimento Real de Salário: Tabela Funbep;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, verificando-se o intervalo [0,34%; 0,72%], “Não existem evidências para rejeitar a hipótese”. A manutenção da taxa de crescimento salarial está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos do plano Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

– Hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados: 0% a.a.;

Justificativa: Não Aplicável.

– Hipótese sobre Rotatividade: Experiência 2008/2010 - Agravada em 3 vezes;

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao analisar a Experiência 2008/2010: “Aplicado o Teste χ^2 a hipótese seria rejeitada uma vez que as ocorrências estão significativamente superiores ao esperado. A manutenção dessa hipótese é conservadora e admitida considerando o Teste da Estatística Descritiva no Intervalo [21;92]”. Considerando que nos últimos três anos as ocorrências se apresentaram acima do esperado, propõe-se a adoção da Experiência 2008/2010 agravada em 3 vezes. Esta hipótese está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos da Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

– Taxa Real Anual de Juros: 4,75%;

Justificativa: A adoção desta premissa foi baseada no estudo desenvolvido por consultoria independente que recomenda a alteração da taxa de juros para 4,75% a.a., em função dos pontos destacados no estudo.

– Indexador do Plano: INPC;

Justificativa: Indexador definido no regulamento do plano.

– Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;

Plano de Benefícios II

Justificativa: não há previsão legal para que os benefícios do INSS tenham crescimento real.

- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, a hipótese de 0% não é rejeitada. A premissa está alinhada ao regulamento do plano de benefícios do Funbep que prevê reajuste pelo seu indexador (INPC).

- Fator de Determinação do Valor Real dos Salários: 1,00;

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo, o fator de capacidade em 1,00 será mantido.

- Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1,00;

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo, o fator de capacidade em 1,00 será mantido.

- Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: Não Aplicável;

Justificativa: Não Aplicável.

- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, foi rejeitada pelos testes efetuados. Entretanto, verifica-se que a Tábua AT 2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, apresenta, com base nos últimos 3 anos, tendência mais adequada para ocorrências futuras, assim, representando maior conservadorismo na apuração das provisões matemáticas, tendo em vista a probabilidade de morte ser menor que as demais tábuas analisadas. Desta forma, a tábua AT 2000 segregada por sexo e suavizada em 10%, será mantida na avaliação atuarial de 2017.

- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, não é rejeitada pelos testes de Kolmogorov-Smirnov e Exato de Fisher. Considerando, ainda, a tipificação e quantidade de participantes assistidos por invalidez será mantida a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%.

- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-MEDIA;

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, a tábua "Light-Média" não foi rejeitada e apresentou-se adequada a massa de participantes.

- Outras Tábuas Biométricas utilizadas: Não Aplicável;

Justificativa: Não Aplicável.

- Hipóteses sobre a composição de família de Pensionistas: Composição Familiar Real;

Justificativa: Não aplicável.

- Outras Hipóteses não referidas anteriormente: Não Aplicável;

Justificativa: Não aplicável.

Relativamente à hipótese sobre a composição de família de Pensionistas dos participantes ativos foi adotada a experiência ATUAS.

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidas as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício, exceto quanto à Taxa Real Anual de Juros que passou de 5,70% a.a. para 4,75% a.a..

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes financeiros de Capitalização (Crédito Unitário Projetado) para Renda Mensal por Invalidez, Renda Mensal de Pensão, seus respectivos abonos e Pecúlios por Morte, e Capitalização (Financeiro) para Renda Mensal Vitalícia, Renda Mensal do Benefício Proporcional Diferido e seus respectivos abonos.

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2016 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação atuarial.

	Estimados	Ocorrido ^(*)
Ativos que se invalidaram	0	0
Válidos que faleceram	0	0
Inválidos que faleceram	0	0

^(*)Fonte: Entidade

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

A rentabilidade do plano de benefício, conforme informação da Entidade, no exercício de 2017, atingiu o percentual de 9,95%, resultando em

rentabilidade real líquida de 7,73%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, INPC, que acumulou 2,07% no período.

- d) Ativo do Plano:

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2017, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

Ativo Bruto:	R\$ 5.955.606,64
Exigível Operacional:	R\$ 45.548,69
Exigível Contingencial:	R\$ 15.780,04
Fundos, exceto Previdencial:	R\$ 9.937,91
Ativo Líquido dos Exigíveis:	R\$ 5.884.340,00

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

- e) Situação do Plano no encerramento do exercício:

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas e o Fundo Previdencial com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que, no encerramento do exercício, o Plano está equilibrado.

Conforme informação da Entidade, não houve Ajuste da Precificação do Ativo do Plano.

- f) Considerações finais:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado na Nota Técnica Atuarial 01/2017.

Tendo em vista o disposto no novo plano de contas, foi constituído o Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por exigência regulamentar no valor de R\$ 3.263.673,22, correspondente ao registrado na Conta de Oscilação de Risco, após equacionado o Plano, para a qual são transferidas as importâncias referentes às contribuições do patrocinador, não resgatadas, conforme o §3.º do Art. 31 do Regulamento do Plano, cuja destinação deve ser definida e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Fica mantido o plano de custeio, conforme definido no regulamento do plano, para o próximo exercício, tendo vigência em 01/04/2018.

Atenciosamente,

Carlos Renato Azevedo / Atuário MIBA 1375
Marília Vieira Machado da Cunha Castro / Atuária MIBA 351

Informações sobre a **Política de Investimentos**

Informações sobre a Política de Investimentos

As informações a seguir aplicam-se ao **Plano de Benefícios I** do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento – período de referência: 01/2017 a 12/2017

	Indexador	Taxa de juros % aa
Plano	IGP-M	5,70
Renda Fixa	IGP-M	5,70
Renda Variável	IGP-M	5,70
Imóveis	IGP-M	5,70
Empréstimos e Financiamentos	IGP-M	5,70
Investimentos Estruturados	IGP-M	5,70
Investimentos no Exterior	IGP-M	5,70

Documentação/responsáveis

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 09/12/2016

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Renda Variável	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Imóveis	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Empréstimos e Financiamentos	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos Estruturados	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos no Exterior	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Plano	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Renda Fixa	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos

Controle de riscos

Risco de Mercado Risco Legal	Risco de Liquidez Risco Operacional	Risco de Contraparte Outros
Realiza o apreamento de ativos financeiros: Sim Possui modelo proprietário de risco: Não Realiza Estudos de ALM: Sim	Dispõe de Manual: Não Dispõe de Manual: Não	

Observação: A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	54,00	100,00	94,50
Renda Variável	0,00	20,00	0,00
Imóveis	0,00	6,00	4,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	5,00	1,50
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Informações sobre a Política de Investimentos

As informações a seguir aplicam-se ao **Plano de Benefícios II** do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento – período de referência: 01/2017 a 12/2017

	Indexador	Taxa de juros % aa
Plano	INPC	5,50
Renda Fixa	INPC	5,50
Renda Variável	INPC	5,50
Investimentos Estruturados	INPC	5,50
Investimentos no Exterior	INPC	5,50

Documentação/responsáveis

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 09/12/2016

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Renda Fixa	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Renda Variável	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos Estruturados	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos no Exterior	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos

Controle de riscos

Risco de Mercado Risco Legal	Risco de Liquidez Risco Operacional	Risco de Contraparte Outros
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Não	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Observação: A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	65,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	20,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Informações sobre a Política de Investimentos

As informações a seguir aplicam-se ao **Plano de Gestão Administrativa** do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento – período de referência: 01/2017 a 12/2017

	Indexador	Taxa de juros % aa
Plano	DI-CETIP	0,00
Renda Fixa	DI-CETIP	0,00
Renda Variável	DI-CETIP	0,00
Investimentos Estruturados	DI-CETIP	0,00
Investimentos no Exterior	DI-CETIP	0,00

Documentação/responsáveis

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 09/12/2016

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Renda Fixa	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Renda Variável	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos Estruturados	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos no Exterior	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos

Controle de riscos

Risco de Mercado Risco Legal	Risco de Liquidez Risco Operacional	Risco de Contraparte Outros
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim Possui modelo proprietário de risco: Não Realiza Estudos de ALM: Sim	Dispõe de Manual: Não Dispõe de Manual: Não	

Observação: A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	65,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	20,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Demonstrativo de Investimentos

Demonstrativo de Investimentos

Plano de Benefícios I

Alocação dos Ativos

Segmento	R\$	%
Renda Fixa	4.033.143.246	94,5%
Renda Variável	7.223.236	0,2%
Investimentos Estruturados	0	0,0%
Investimentos no Exterior	0	0,0%
Imóveis	192.600.000	4,5%
Empréstimos	35.500.000	0,8%
Total	4.268.466.483	100,00%

Distribuição dos Recursos por Gestor

Gestor	R\$	%
Itaú Unibanco	4.268.466.483	100,00%
Total	4.268.466.483	100,00%

Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano e por Segmento

	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Meta Atuarial/Índice de Referência	Descrição Índice de Referência
Plano	7,44%	7,19%	5,11%	IGPM + 5,70% a.a.
Renda Fixa	7,16%	7,02%	5,11%	IGPM + 5,70% a.a.
Renda Variável	5,80%	5,27%	5,11%	IGPM + 5,70% a.a.
Imóveis	7,06%	4,15%	5,11%	IGPM + 5,70% a.a.

Plano de Benefícios II

Alocação dos Ativos

Segmento	R\$	%
Renda Fixa	5.934.448	100,00%
Renda Variável	0	0,00%
Investimentos Estruturados	0	0,00%
Investimentos no Exterior	0	0,00%
Imóveis	0	0,00%
Empréstimos	0	0,00%
Total	5.934.448	100,00%

Distribuição dos Recursos por Gestor

Gestor	R\$	%
Itaú Unibanco	5.934.448	100,00%
Total	5.934.448	100,00%

Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano e por Segmento

	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Meta Atuarial/Índice de Referência	Descrição Índice de Referência
Plano	9,98%	9,79%	7,84%	INPC + 5,70% a.a.
Renda Fixa	9,98%	9,79%	7,84%	INPC + 5,70% a.a.

Para acessar o Funbep – Fundo de Pensão Multipatrocinado

Pessoalmente

(De 2ª a 6ª feira, das 10h às 17h)

Rua Marechal Deodoro, 869 – 17º andar
Centro – CEP 80060-010
Curitiba - Paraná

Por telefone

(De 2ª a 6ª feira, das 10h às 17h)

41 3544 8000 Capitais e Regiões Metropolitanas

0800 722 8040 Demais localidades

0800 770 2399 Pessoas com deficiência auditiva ou de fala

Por fax

41 3544 8038

Pela internet

www.funbep.com.br

Canal “Fale Conosco”